

AMBIENTE: DESAFIOS PARA UM NOVO SÉCULO*

por

Carlos Pimenta**

– Muito boa noite. Sr. Prof. V. O. Jorge, muito obrigado pelas suas palavras amáveis e pelo convite que me dirigiu. Pediu-me para falar sobre um tema muito vasto. Vou tentar fazer uma síntese de algumas ideias-força para depois podermos conversar um pouco.

A única coisa certa acerca das previsões é que falham, porque a realidade evolui por saltos quânticos, descontínuos e nunca segundo projecções lineares. Mas, olhando para o que são hoje conflitos no actual estágio de evolução da civilização global, eu diria que há conflitos que emergem e que, pelo menos nos próximos anos, vão ser determinantes.

Vou começar por introduzir alguns conceitos e questões. Chamo a vossa atenção para um primeiro grupo de problemas relativos ao conflito entre os direitos dos indivíduos, a soberania das nações e o interesse público global, “at large”, pela preservação do Ambiente, dos valores patrimoniais, culturais ou naturais. É um conflito emergente contra uma soberania que se dizia absoluta. Um país que tem uma floresta amazónica tem a propriedade dessa floresta? Pode alienar esse bem sem restrições? Um país que tem comunidades indígenas no seu território pode, em nome doutros interesses económicos, alienar essas comunidades? Qual é o direito da pessoa humana à informação, à palavra e ao bem estar face ao direito das nações. O direito de ingerência humanitária. Estas questões têm sido colocadas, por exemplo, acerca de Timor, acerca da Bósnia, acerca do Kosovo ou sobre as destruições do património. Há um novo Direito emergente que diz respeito aos direitos individuais, os quais têm uma legitimidade própria face ao direito das nações e à sua soberania. Os direitos dos

* Conferência pronunciada em 24 de Novembro de 1999, na Fundação Eng.º António de Almeida, Porto, a convite da SPAE.

** O texto que se apresenta foi objecto de uma revisão efectuada pelo Eng.º João Caninas, com o acordo do conferencista, na qual se procurou manter, tanto quanto possível, a oralidade do discurso que lhe deu origem.

interesses públicos globais, ambientais e culturais, têm também que ser tomados em consideração, face aos direitos de soberania das nações, traduzindo uma nova ordem jurídica, já com forte expressão mas, em muitos casos, sem mecanismos vinculativos que permitam a sua afirmação. Refiro-me, em concreto, aos bens comuns da Humanidade, como são o mar, a atmosfera, o biota vivo, e que estão enquadrados em múltiplas convenções e instrumentos internacionais embora com deficiente capacidade de aplicação (“enforcement”).

Um segundo problema, relativo a conceitos de nível internacional, diz respeito ao uso e à partilha dos recursos do planeta, ou para ser mais preciso, ao problema da justiça relativa no uso e na partilha desses recursos. É o que os ingleses chamam de “equity and fairness”. Por exemplo, quando analisamos a mudança climática, verificamos que na zona OCDE:

– os EUA, com menos de 3% da população mundial, usam 22% da energia do mundo e geram uma quota equivalente de emissões para a atmosfera com impacte na mudança climática;

– a Europa, com 6% da população, usa 16% da energia do mundo e cria o mesmo montante de emissões.

Ora sabemos que o “cobertor” à volta da Terra, em termos de CO₂, de CH₄ e de metano, está a ficar cada vez mais espesso e que o clima está a mudar por via destas emissões humanas. Como é que se pode exigir uma uma contracção das concentrações desses gases? Como é que se faz a distribuição do esforço de redução sabendo nós que as emissões *per capita* – que estão relacionadas com o uso de energia por habitante – variam de uma forma tão desproporcionada entre os vários países do mundo? E aí está a explicação para o facto do protocolo de Quioto – relativo à mudança climática – ainda não estar ratificado e ser tão difícil passá-lo à prática. Porque quem tem mais usa mais e cada vez mais; quem tem menos quer usar mais, e como o que já se usa já é demais, como é que se passa para “de menos”? E à volta disto, passámos noites sem dormir em Quioto até ao estabelecimento de um compromisso escrito, que representou um primeiro passo mas que, na verdade, ainda não passou do texto.

Ora, este problema da justiça na utilização dos recursos do planeta é uma questão-chave. Se não caminharmos para um quadro global de solução, em que a prazo as várias curvas de utilização dos recursos possam convergir para alguma justiça e equidade *per capita*, não podemos contar com a adesão de países como a China e a Índia, que representam mais de 1.000 milhões de habitantes, ou como o Brasil, a Nigéria e a Indonésia – os pesos pesados do “Sul” –, ao estabelecimento de regimes globais de limitação das emissões para a atmosfera, de limitação das capturas de peixe no oceano e de emissão de poluentes para o mar. Tenhamos a certeza disso.

Um outro problema, de ordem mais filosófica, que considero muito importante, respeita à harmonização entre o Homem e os seres vivos no mundo. Vão pensar que

me refiro às questões do bem estar animal, das touradas, dos animais de companhia ou das experiências com animais. Mas, é uma realidade muito importante. Tendemos a considerar toda a vida organizada em torno do Homem, o que se reflecte, por exemplo, no Direito, e eu acho que é preciso ter alguma humildade para reconhecer direitos a outros seres vivos que existem à nossa volta. E, sobretudo, no momento em que a revolução que se anuncia é a biotecnologia, a “mãe de todas as revoluções” – utilizando uma expressão hoje comum. Mais importante que a descoberta do fogo, da escrita ou da *internet* vai ser a invenção da biotecnologia, porque, pela primeira vez, o Homem mexe com aquilo que o define a si próprio, mexe com o seu corpo, mexe com a sua descendência, mexe com o que temos de mais sagrado e mais íntimo. Surge pela primeira vez a capacidade de mexer não apenas na envolvente mas no próprio ser. A biotecnologia vai ter implicações: na propriedade da vida, através do patenteamento; na alteração da relação histórica de compra e venda por uma relação de aluguer entre o proprietário da patente e o seu utilizador (por exemplo o agricultor); na maior transparência do Homem – através dos cartões de crédito conhecem os nossos hábitos de consumo, pelo registo de dados conseguem saber como é que somos e como é que nos tratamos. Hoje, já é possível traçarem o nosso perfil individual como consumidor e bombardearem-nos com *marketing* feito à medida. Essa nossa transparência em relação à envolvente passa a ser uma transparência, também, em relação a nós próprios; de facto, através da análise de uma gota do meu sangue, dum cabelo ou de um pedacinho de pele, é possível tirarem-me o meu conhecimento individual e, cada vez mais, o meu direito à privacidade. Nos EUA há empresas e departamentos que já fazem discriminação genética. A partir da análise da propensão que uma pessoa tem, por exemplo, de contrair um cancro, com base no historial familiar, são aplicadas discriminações no emprego, nos seguros, etc. O que não é aceitável como norma, embora se compreenda que ninguém deseje viajar num avião cujo piloto possa ter uma crise epiléptica durante o voo. Mas, se, por absurdo, admitissemos que todos os maníaco-depressivos deviam ser eliminados antes de nascerem nunca teríamos génios como Mozart, mas apenas cidadãos normalizados. Por isso, o eugenismo vai voltar ao debate. E não associemos o eugenismo apenas ao nazismo porque aquele é anterior a este. Já havia leis de eugenismo nos EUA e na Europa antes do 3º Reich.

Temos um outro problema que deriva de tudo isto. Em inglês designa-se como “governance” e não pode ser traduzido como “governo político” mas sim como “governo das coisas do planeta”. E na escala do que me compete, que é o Ambiente, o que há é um desgoverno, uma “desgovernance”. E este desgoverno existe, em primeiro lugar, porque não há pontos de aplicação para colocar a alavanca de que falava o nosso amigo Arquimedes. Há muitas leis e convenções de Ambiente, mas cada uma delas tem o ponto de aplicação num sítio diferente; há uma convenção que está em Bona, outra que está em Genebra, uma outra que está em Washington, e por aí fora... Ou

seja, essas convenções não têm “dentes”, porque não têm mecanismos sancionatórios, têm pouco *staff*, orçamentos reduzidos e, principalmente, não têm coordenação entre si. Por exemplo, o organismo das Nações Unidas encarregue de seguir a Política do Ambiente, que é o UNEP, está sedado no Quênia, o que foi uma decisão simpática para África mas também uma forma de o manter bem longe dos centros de decisão. De facto, não é fácil ir ao Quênia e onde se tomam as decisões é em Nova Iorque ou em Londres e não em Nairobi. Portanto, a descoordenação e a falta de capacidade executiva por parte das estruturas legais actualmente existentes (convenções e programas a nível mundial) é muito grande. Quando se fizer no Rio de Janeiro, em 2002, a próxima grande conferência mundial – a Cimeira da Terra – terão de sair mais do que novos textos cheios de boas intenções, como é o caso da Agenda 21, onde estão escritos belíssimos textos, bem pensados e filosoficamente muito interessantes sobre as formas de transformar o planeta num sítio melhor onde as pessoas possam viver com mais dignidade e em maior harmonia. É preciso passar à fase do “como” e isso implica uma reforma das NU, em que o “governance” ambiental seja clarificado e que tenha um ponto de aplicação, uma cara a quem se possa pedir responsabilidades no fim de um mandato, um orçamento, meios de actuação e mecanismos de consulta, de transparência e de participação pública. Isto é grave porque outros sectores da globalização têm pontos de aplicação, têm leis e têm mecanismos sancionatórios e executivos. A próxima cimeira da Organização Mundial do Comércio (OMC), em Seattle, é provavelmente mais importante para a política do Ambiente do que as últimas reuniões ministeriais e de primeiro-ministros sobre Ambiente. Enquanto que a OMC tem normas imperativas, as normas ambientais não o são porque não têm mecanismos sancionatórios. E há um conflito no coração destas duas legitimidades. Por um lado, a legitimidade do Ambiente – e trinta anos de políticas de Ambiente – permitem-nos distinguir estas duas garrafas, aparentemente idênticas, pela forma como são produzidas; se esta garrafa foi feita numa fábrica que polui, que não respeita normas ambientais, que desperdiça energia, que ignora a reciclagem, então este é um mau produto, embora contenha a mesma água; se esta fábrica é uma fábrica que foi pensada de raiz para ter condições ambientalmente correctas de integração na paisagem, de respeito pelas normas de ordenamento do território, utilizando a água e a energia de uma forma eficiente, com uma embalagem que é bio-degradável ou que é reciclável, então este produto também é uma água de beber mas é outro produto completamente diferente. As normas de ambiente pretendem a alterar a maneira como os produtos de consumo são feitos, transportados, consumidos e utilizados no fim do seu ciclo de vida. Ora, a lógica da OMC é proibir a discriminação entre produtos por via da forma como eles são feitos, transportados, vendidos ou reutilizados. É especificamente proibido distinguir dois produtos com base nos chamados PPMs (Product Process Manufacturing), ou seja, nos seus métodos de produção. Este é o primeiro conflito de base.

Em Marraquexe, já lá vão sete anos, quando se criou a OMC, conseguimos impor na conclusão do Uruguai Round a criação de uma Comissão do Comércio e Ambiente com um mandato de dez pontos. E o primeiro ponto era precisamente o conflito entre a legislação internacional de Ambiente e a legislação internacional do Comércio. E, como esta Comissão do "Trade and Environment" nunca conseguiu chegar a consenso sobre coisa nenhuma, nem nunca teve verdadeiro empenho político por parte das grandes potências comerciais, incluindo a Europa, o que aconteceu foi que nunca aprovou nada. E quem fixou doutrina foram os painéis da OMC, ou seja, foi o sistema de disputa da OMC. E caso após caso, o Ambiente tem vindo a perder. Posso dar múltiplos exemplos disto uma vez que andei metido nesses conflitos.

Vejamos um caso que parece hilariante: tartarugas contra camarões. Este caso atravessa o conflito de todas as questões internacionais de política do Ambiente. Era um caso muito simples. Há uma lei americana, relativa à convenção internacional de protecção das espécies em vias de extinção – a chamada CITES ou Convenção de Washington – que diz que não se podem usar técnicas de pesca que tenham como produto "acessório" tartarugas em vias de extinção e, portanto, obriga os pescadores a utilizarem nas redes e nos métodos de pesca mecanismos que deixem fugir as tartarugas. Bom, houve um juiz, nos EUA que, na aplicação dessa lei, decretou que os EUA não podiam importar camarões que fossem pescados por países ou por barcos que não respeitassem aquela norma. Cada dispositivo destes não é muito caro (custa 70 USD) mas é óbvio que deixando passar a tartaruga também deixa passar muito camarão, diminuindo, portanto, a eficiência relativa da pesca. E o que é que aconteceu? Uma série de países asiáticos disseram: – nas nossas águas territoriais ou no mar internacional os EUA não têm jurisdição e não podem impor uma norma de restrição ao comércio porque um camarão é um camarão, venha ele de onde ele vier e seja ele feito como for, a lei do comércio não permite distinguir entre os dois camarões e, portanto, fora das águas territoriais americanas as autoridades daquele país não podem impor normas que façam este tipo de discriminação. E foram ao painel da OMC e ganharam a causa. Depois no recurso em segunda instância voltaram a ganhar, embora a decisão já tivesse mais nuances. Foi um processo de decisão à porta fechada, com secretismo absoluto, sem audição de testemunhas que pudessem abonar a causa científica e sem consulta ao secretariado da Convenção de Washington. Este é um exemplo do conflito entre duas legislações, entre valores públicos diferentes e o conflito total entre duas legitimidades.

Esta realidade vai ser discutida em Seattle. Vai ser uma discussão muito interessante para acompanhar. Mas, voltamos ao princípio, a que me referi anteriormente, da justiça relativa. O problema é o seguinte. A Europa e os Estados Unidos defendem a imposição de normas sociais, da proibição do trabalho infantil, de qualidade de vida, etc. São as regras mínimas obrigatórias, pelo menos aquelas que as convenções da

Organização Internacional do Trabalho (OIT) e as convenções de Ambiente e Saúde Pública da Organização Mundial de Saúde (OMS) impõem. E os países do terceiro mundo contrapõem dizendo “mas se vocês nos impõem essas normas, o que querem é discriminar os nossos produtos porque nós na Índia não somos capazes de respeitar essas normas e, portanto, a nossa vantagem competitiva é podermos produzir mais barato porque as pessoas se sacrificam”. E isto é verdade, porque até hoje nunca colocámos na mesa da negociação comercial os valores de protecção do ambiente e da saúde pública em troca das contrapartidas económicas que eles reclamam.

As reuniões como a de Seattle são uma feira, ou um bazar. “Eu quero que tu me abras um mercado agrícola e em troca eu deixo que os teus bancos entrem no meu mercado”. É isto a convenção do comércio. É discutir “bancos contra a agricultura”, é discutir “propriedade intelectual contra telecomunicações”. Ora, as questões do ambiente e as questões sociais, que os países do Norte defendem, nunca foram postas em cima da mesa em troca de vantagens económicas para os países em vias de desenvolvimento, para que houvesse um diálogo construtivo.

A Europa tem, por exemplo, a Política Agrícola Comum (PAC) com tem aspectos positivos como é a garantia do rendimento dos agricultores, e que aspectos negativos em termos ambientais que chegam a ser catastróficos. No entanto, nunca quisemos abrir o nosso mercado agrícola porque isso poria em causa a PAC e quando os países do Sul querem entrar com os seus produtos agrícolas, nós fechamos as portas. Acontece o mesmo com os têxteis, cuja produção tem enorme expressão aqui no Norte de Portugal, e na indústria do calçado. Mas queremos que eles abram o mercado aos produtos que nos interessam e queremos que aceitem as normas ambientais e sociais do nosso padrão de civilização. E a Índia tem alguma razão quando exige contrapartidas reais em termos económicos, nomeadamente de abertura de mercados e de ajuda ao desenvolvimento.

Agora gostaria de abordar duas ou três questões sobre problemas concretos.

Um dos principais problemas globais na actualidade é a mudança climática porque condiciona tudo o resto. Tivemos há pouco tempo a conferência de Bona e os dados são claros: hoje conhecemos a evolução do clima na Terra nos últimos quatrocentos mil anos; sabemos que há uma correlação matemática de 0,99 entre a concentração de pelo menos dois gases – o metano e o CO₂ – e a temperatura média do planeta; sabemos que as variações da temperatura do planeta ao longo destes 400.000 anos correspondem sempre a variações de concentração destes dois gases – em com uma baixa concentração em épocas glaciares e uma alta concentração em épocas de temperaturas altas. Mesmo as pequenas variações podem ser correlacionadas com a concentração daqueles gases, como uma baixa de temperatura apreciável que ocorreu no séc. XVI, durante a Pequena Idade do Gelo. Nessa época, os Vikings que estavam instalados na costa Oeste da Gronelândia morreram todos – tinham um bispo com

relações com a Santa Sé – e perderam-se completamente essas comunidades humanas devido à Pequena Idade do Gelo a meio do séc. XVI. Nos blocos de gelo, conseguiu-se detectar a diminuição da concentração de CO₂ nesse século.

Hoje em dia não há qualquer tipo de dúvida que o aumento exponencial das emissões de CO₂ para a atmosfera ocorre desde a revolução industrial do século passado e, mais acentuadamente, nos últimos 50 anos. Isto faz que tenhamos passado para níveis que são hoje, em termos de concentração do CO₂, superiores em 30% aos valores de há 100 anos. E vamos chegar aos 50% dentro de muito poucos anos.

As consequências à escala global são conhecidas: é a subida do nível mar, em primeiro lugar porque dilata, aspecto que é menos referido mas que é a primeira causa da subida do mar. Como qualquer outro corpo sujeito a aquecimento o mar expande. E como o que está a expandir-se são as camadas superiores do mar, à medida que a temperatura vai aumentando, nas camadas inferiores, estas também vão dilatando e o mar sobe. E sobe mais depressa do que podemos imaginar, porque há 10.000 anos, já com o *sapiens-sapiens* aqui na Terra, a Austrália tinha mais um terço da área que tem hoje. A Papua fazia parte da Austrália. A Tasmânia fazia parte da Austrália. Hoje olhamos para o mapa e vemos a Austrália separada da Tasmânia, cá em baixo, com um enorme mar a separá-las, e vemos a Papua lá em cima com o Golfo de Carpentária. Darwin está agora bastante longe da Papua mas o espaço que os separava eram planícies e não ocorreu nenhum movimento geológico, foi simplesmente o mar que subiu. E subiu nos últimos 10.000 anos porque acabou a glaciação e o mar subiu porque a temperatura média aumentou. E não julguem que aumentar significa mais 10°C. Basta 1°C de subida na temperatura média do planeta para isto acontecer, para se dar a mudança de uma época glacial para uma época tórrida.

A nível global é óbvio que a subida do mar é um problema de erosão associado à fragilidade do interface do litoral.

O mar também sobe porque derretem os gelos que estão nos glaciares, em terra. Há também maior energia em circulação, o ciclo hidrológico torna-se mais violento porque há uma maior temperatura envolvida, logo há maior evaporação e mais energia à volta do planeta. Isto significa que as tempestades são mais fortes, aquilo que sopra, sopra mais. Falando em termos técnicos nós dispomos hoje de 150 anos de medidas. Há uma rede meteorológica mundial desde 1840/50 quando os ingleses e os franceses estabeleceram medidas que seguem a evolução do clima. Assim, à escala logarítmica, temos um gráfico a 45° do número de tempestades tropicais, sejam elas ciclones ou tornados, no mar ou terra, quer em número, quer em intensidade.

Em termos económicos, o valor dos danos provocados na década de 80 e pagos pelas companhias de seguros, a nível mundial, por fenómenos meteorológicos, foi qualquer coisa como 16.000 milhões de dólares (cada mil milhão de dólares são, grosso modo, 200 milhões de contos). Nos primeiros cinco anos da década de 90 o

valor foi de 46.000 milhões de dólares. Este fenómeno traduz-se numa alteração da distribuição do ciclo hidrológico, tornando as chuvas imprevisíveis. Determinadas zonas vão ter muito mais pluviosidade e outras que vão ter muito menos. A mudança climática é estruturante. As previsões do presidente do Serviço Meteorológico Inglês, que já foi presidente da rede mundial dos cientistas que analisam a clima, é que o mar suba meio metro durante o próximo século, tendo como consequência inundações maciças no litoral e, mais uma vez, voltamos ao problema da “equity and fairness”. É óbvio que o Bangladesh não tem forma de se defender, as Maldivas desaparecem do mapa, o Delta do Nilo é inundado, mas os holandeses serão capazes de fazer subir os seus diques. Ou seja, a capacidade de resposta a estes fenómenos não é a mesma nas várias partes do mundo. Portanto, há também aqui um problema de desequilíbrio.

O clima não é um sistema linear e, portanto, estas projecções que eu indiquei são baseadas no pressuposto que os fenómenos estruturantes do clima são invariantes. Ou seja, que a velha corrente do Golfo está onde sempre estive desde que nós nos conhecemos e que o ciclo dos ventos alíseos também se mantém. Ora, nós verificamos que quando uma pequenina corrente aparece de vez em quando (de 6 em 6 anos) – refiro-me ao El Niño – muda tudo. Onde chovia passa a não chover, onde havia seca passam a ocorrer chuvas torrenciais e as correntes que vêm da Antártida e do Ártico, que transportam a comida ao longo da costa Oeste da América, de repente deixam de subir porque vem uma corrente quente, que não estava lá, e que traz a água, chuva e tudo o mais do Pacífico e que empurra as correntes frias para baixo e para cima. É uma desgraça completa – morrem os peixes no mar, desabam as tempestades nos Andes, há seca na Índia, em Moçambique, na Austrália – e é uma pequenina corrente.

Nos últimos 100.000 anos – os distintos arqueólogos aqui presentes têm disso conhecimento – a sucessão dos períodos glaciares aconteceu e deve-se a quê? A corrente do Golfo quando chega à ponta Sul da Gronelândia já vai muito densa porque vai perdendo calor ao longo do seu caminho e concentrando salinidade. Aí, encontra a corrente fria que vem do Ártico, entre a Rússia e a Gronelândia, pelo lado Leste – por isso é que o lado Leste da Gronelândia é muito mais frio que o lado Oeste e os Vikings se estabeleceram sempre do lado do Canadá – que é também uma corrente pesada porque é fria. As duas correntes, ao juntarem-se, geram uma corrente bastante densa que vai junto ao fundo do mar, passa em frente aos Açores, mesmo lá por baixo, desce até ao meio do Atlântico Sul e divide-se em dois braços, um que dá a volta ao Cabo da Boa Esperança e outro que dá a volta ao Cabo Horne no Sul da América. Isto faz parte do transporte global de energia no planeta. Ora, nos últimos 100.000 anos, cada vez que houve uma época glacial, este mecanismo rompeu-se. E, para se romper, basta que a corrente do Golfo se desvie um bocadinho para o lado do Canadá e não encontre a outra corrente ou porque perca “força” e não chegue ao ponto de encontro. E neste caso o que acontece? A água fria, em vez de entrar neste corredor que vai para

baixo, vem direita às costas do Norte da Europa, da Bélgica, da Inglaterra..., e dá origem a um período glacial. Portanto, o aquecimento global do planeta, que é um facto, é perfeitamente compatível com fenómenos extremos de sinal contrário em determinadas regiões do planeta. Estamos a alterar o clima e pensamos que “ficamos mais quentes” – aqui em Portugal também é um problema porque lá em baixo no Alentejo vai chover menos e aqui no Norte passa a chover mais – porque no actual padrão do clima o que é normal é que o Norte da Europa fique mais quente e mais húmido e o Sul da Europa fique mais quente e mais seco. Isto é o que é “normal”. Mas o que é “normal” pode não ser o que se vai passar.

O segundo problema mais grave é a perda da biodiversidade. É a crónica de uma morte anunciada. São 25 a 30 mil espécies por ano que desaparecem. Os ecossistemas desaparecem a uma velocidade estonteante. As florestas tropicais, os ecossistemas marítimos, os mangais à volta do mar desaparecem por muitas razões.

Há um belíssimo livro do Richard Leakey intitulado “The sixth extinction” – não está traduzido em português. R. Leakey além de ser arqueólogo e antropólogo, tal como o foram os pais, também é naturalista. Foi presidente do Serviço Nacional de Parques do Quénia e um dos homens que mais se bateu pela defesa dos elefantes. Neste livro brilhante mostra-nos que houve efectivamente cinco extinções anteriores, que ao contrário desta, não foram provocadas pelo Homem; por exemplo, antes do Câmbrico, a explosão de vida no pré-câmbrico e a última, a dos dinossauros de que se fala tanto por serem extinções maciças que levaram ao desaparecimento de 90% da vida. Ora, essas extinções tiveram como resultado que os nichos ecológicos ficaram vazios e durante os milhões de anos que se seguiram a Natureza ocupou-os, criando as novas formas de vida que foram repovoar o planeta. O problema com o Homem é que a escala de tempo é outra – são milhões de anos enquanto nós temos poucos anos de vida. O que estamos a provocar é uma destruição da vida, uma simplificação dos circuitos ecológicos, uma fragmentação dos ecossistemas, um empobrecimento do património genético natural. E podemos sempre pensar que daqui a alguns milhões de anos a evolução se encarregará de repovoar o planeta com outros seres vivos. Isso pode ser uma verdade, ou uma mentira, mas não me satisfaz porque é a beleza da vida que está em causa. É uma destruição estúpida, e contra todos os princípios éticos, o que esta geração está a fazer em relação às seguintes.

Um terceiro problema que é estrutural e que vai ser muito difícil de contrariar, é o envenenamento dos ciclos sistémicos globais, nomeadamente dos ciclos alimentares. Hoje, tanto faz pegar na carne dum albatroz que está no Pacífico Norte, que é a zona mais distante da civilização, ou na carne dum pinguim da Antártida, ou ainda numa gota do meu sangue, que o resultado da sua análise é sempre equivalente: uma mistura de centenas e centenas de produtos químicos que em 1945 não existiam. E este envenenamento dos ciclos alimentares globais – reparem que só pelo facto de beber

esta água estou a ingerir inúmeros aditivos – interfere também com o leite materno, com incidência crítica, por exemplo, nas mulheres esquimós, cujo leite é um perigo, devido à concentração da dieta e à circulação dos fluxos alimentares, dado que tem uma concentração em substâncias altamente tóxicas cerca de sete vezes superior ao das mulheres portuguesas.

Costumo citar um exemplo real que me chocou imenso: há quatro ou cinco anos, deram à costa em Ostende, na Bélgica, duas baleias que morreram. Pensou-se em usar a carne e a gordura daquelas baleias para alimentação de animais. Isto passou-se em Dezembro. Fomos observar a situação, no âmbito das actividades da Comissão de Ambiente do Parlamento Europeu, e ficámos profundamente chocados quando tomámos conhecimento dos resultados das análises efectuadas às baleias que indicavam uma alta concentração de compostos químicos. Tiveram que ser incineradas como resíduo tóxico perigoso. Imaginem o que é ter dois mamíferos marinhos que caem no âmbito do anexo da directiva das substâncias químicas tóxicas perigosas. A baleia já não era um ser vivo, era uma massa tóxica que não podia ser processada através dos mecanismos normais de tratamento dos resíduos. Tinha que ser tratada como se trata o cianeto ou qualquer outro químico tóxico perigoso da lista vermelha onde estão as dioxinas, os PCBs, os furanos ou compostos mais complicados.

Este problema é muito complicado porque há mais de 80.000 substâncias químicas em circulação. Todos os anos entram em circulação mais 1.500 substâncias. Apenas uma ínfima parte daquelas 80.000, ou seja cerca de 5 ou 6 mil, foi testada para efeitos de toxicidade e nem 150 foram testadas para efeitos hormonais.

Têm acompanhado, certamente, a discussão relativa a um aditivo, o ftalato, que é utilizado no plástico desta garrafinha para o tornar flexível. E também é utilizado nos brinquedos que as crianças colocam na boca quando os dentes estão a nascer. Pois este produto, que a minha saliva tira do plástico, é percebido pelo meu organismo como o estrogénio, a hormona feminina. Não quer isto dizer que eu vá mudar de sexo, mas o problema dos POPs, as substâncias que alteram o ciclo hormonal, é um problema dramático. Elas não alteram o código genético mas, alteram, por exemplo, a gravidez, nomeadamente entre as semanas críticas, entre a 6^a e a 16^a semana, em que se dá a formação de muitos dos sistemas que nos vão acompanhar ao longo de toda a vida, como o sistema reprodutivo. O organismo da mãe transmite ao feto um sinal que o feto entende como uma descarga de hormonas e que, portanto, vai fazê-lo exprimir-se de uma determinada maneira, quando afinal o que estava a acontecer é que a mãe estava a beber (ou a ter contacto com) químicos (pesticidas, adubos, tintas solventes, etc) que o organismo percebe como uma hormona quando, na realidade, não é hormona nenhuma.

A este respeito, há um livro que está traduzido em português, que vale a pena ler. Chama-se “O Nosso Futuro Roubado”. Há dois anos convidei o autor, um profes-

sor da Universidade do Missouri, para fazer uma conferência sobre o tema, no Porto, na Fundação de Serralves. A força do lobby económico é elevada neste domínio. Há três anos o Parlamento Europeu e o Congresso dos Estados Unidos (a GLOBE – Global Legislators for a Balanced Environment esteve metida nisto) votaram resoluções pedindo aos órgãos executivos (a Comissão Europeia de um lado e o Governo Federal do outro) para estabelecerem a despistagem das principais substâncias com efeito hormonal. A Comissária Bonino levou por quatro vezes ao Colégio dos Comissários a interdição de meia dúzia de substâncias cujo efeito hormonal está hoje provado e ainda não saiu nenhuma legislação sobre o tema. E hoje foi divulgado que a Comissão – que antes aprovara uma norma sobre os poluentes orgânicos persistentes (POPs) – retirou a sua proposta. Portanto, não conseguimos ainda fazer passar uma única norma com um programa de investigação, aliás, miserável.

Está na hora de terminar para darmos espaço ao debate, embora gostasse de abordar muitos outros problemas, como os relativos ao Mar, tema que foi aliás muito falado durante a Comissão ad-hoc do Dr. Mário Soares mas, só por si, exigia uma outra conferência sobre a gestão dos bens comuns da Humanidade e a forma como eles são utilizados, ou seja mal utilizados, desde o sobre-esforço de pesca até às poluições.

Sobre Biotecnologia também poderemos falar durante o debate. E aproveito para recomendar a leitura de um livro, em língua inglesa, sem tradução em português, que considero uma obra notável pela forma como aborda o tema não só em termos tecnológicos, mas também em termos de sociedade e de economia. Refiro-me a “The Biotechnology Century” da autoria de Jeremy Rifkin. Ouvi-o falar nos EUA e convidei-o para fazer uma conferência em Portugal. Tenho oferecido este livro que mando vir pela Internet do Reino Unido e que chega em cinco dias. É realmente um homem brilhante.

Em resumo, o que acontece neste momento é que estamos confrontados com uma civilização global, por via da informação, da globalização da economia, do poder económico, nomeadamente dos Estados Unidos e do poder militar. Existem, actualmente, normas imperativas no que respeita a essa economia, nomeadamente à organização mundial do comércio, e outras normas, sem equivalente em termos de protecção dos nossos bens públicos, do património, da cultura, do ambiente, dos recursos do planeta. E esses bens públicos embora se encontrem abrangidos por inúmeros instrumentos legais têm falta de “mãos” e têm falta de coordenação entre si. O seu estatuto não se assemelha ao estatuto dos bens económicos, que estão protegidos pelas convenções e pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Por outro lado, a sociedade civil tem de pensar e de agir de uma forma global, reconhecendo que o sentido da democracia se concretiza pela participação local e também pela participação das pessoas locais na formação das decisões que afectam globalmente a humanidade. Portugal vai ocupar a Presidência da União Europeia no próximo ano o que significa que já

fazemos parte da Troika que vai a Seattle, como um dos três líderes da União Europeia. E gostava de saber se alguém nesta sala sabe (eu não sei) o que é que o Governo português vai defender em Seattle relativamente aos problemas que acabámos de abordar. É este tipo de questões que temos de trazer para a ordem do dia, sem o que muita da nossa participação cívica no quotidiano das nossas vidas ficará limitada em termos de exercício dos direitos de cidadania.

DEBATE

– **1ª intervenção** – Se houver algum especialista na matéria que queira usar da palavra, prescindindo da minha intervenção.

Vou ser então conciso e afirmo desde já que não sou especialista na matéria mas interesse-me pelos temas ambientais. Sou contrário ao uso de químicos, prefiro comer uma maçã todos os dias – “an apple day, medicine away” – às vezes até como duas que é para ver se me safo, mas também já ouvi falar que posso sofrer de cancro se comer maçãs cheias de químicos em vez de maçãs biológicas. Mas contrario a sua posição quando disse que os Governos não tomam conta disto e que quem toma conta disto são os lobbies económicos – isso é verdade porque, infelizmente, os políticos nunca mais são políticos e deviam sê-lo com toda a coragem que é preciso.

Também penso que a Europa, infelizmente, se esqueceu de África e a América esqueceu-se da América do Sul que começa, como todos sabem, no México. E era preciso que de uma vez por todas, que a América pensasse na América do Sul e na América Central; que a Europa pensasse de uma vez por todas em África e que o Japão pensasse essencialmente na Ásia.

Hoje o que importa é que os Estados Unidos superintendem o mundo, eles é que defendem as políticas e os outros fazem de carneiros, o que é muito pior. Por exemplo, em Portugal, todos os anos ardem hectares de florestas; sabemos que dois terços do nosso território devia ter floresta; mas, se calhar, temos os silvicultores em Lisboa com mangas de alpaca em vez de estarem a cuidar das nossas florestas e das nossas serras que estão escarpadas. E depois vêm falar de Ambiente – ah!! – “o Ambiente começa na floresta!”. Nós já tivemos o Alentejo todo florestado; havia lá muito sobreiro e acabaram com tudo. Fizeram uma agricultura intensiva – um erro – e depois, agora, tratam-se das pedras.

– **Engº Carlos Pimenta** – Muito obrigado. Eu percebi. Os Estados Unidos têm pensado na América Latina, não pensam é, se calhar, da forma como desejava, porque eles pensam desde a doutrina Monroe do século XIX. Agora não pensam é da forma como o senhor e eu gostávamos que pensassem. E o mesmo se passa em relação a África. Hoje foram divulgados os números da Sida em relação a África, são números

assustadores, que nos devem fazer pensar. Tive a alegria de participar em várias missões em zonas de guerra e em zonas humanitárias e, quando estamos no meio dessas situações, questionamo-nos muito em relação àquilo que vivemos e àquilo que fazemos. Não há dúvida que, na conjuntura actual, não é possível resolver nenhum dos problemas globais de ambiente enquanto não introduzirmos “equity and fairness”, ou seja, a justiça relativa na obtenção dos recursos.

Em relação, por exemplo, à distribuição dos sobreiros, só nos últimos dois anos foram destruídos na zona de Lisboa mais de oito mil sobreiros e continuam a ser destruídos a uma enorme velocidade, como aliás era previsível aquando do debate sobre a tipologia da nova travessia do Tejo, através de uma ponte com ferrovia ou uma ponte exclusivamente rodoviária – era óbvio o que viria a seguir. O modelo que foi seguido em Portugal de política de transportes é um modelo que obviamente leva ao aumento em flecha do consumo de combustível, do automóvel privado e do aumento das emissões para a atmosfera. Defendo, há vários anos, uma política de transportes diferente, baseada no caminho de ferro, baseada nos transportes intermodais, baseada numa política de mobilidade das pessoas e dos transportes. Há dois anos fui contra a adopção do número de quilómetros de rodovia construída como índice de sucesso do Quadro Comunitário de Apoio, dos financiamentos comunitários, do Fundo de Desenvolvimento Regional, etc. Defendi, derrotado, que o índice adequado era o tempo e a energia que um passageiro ou uma tonelada de carga demorava para se deslocar um quilómetro.

Estou convicto que os desafios da política de ambiente não se resolvem dentro do âmbito da política de ambiente; resolvem-se na política da agricultura, na política da indústria, na política da energia, na política de desenvolvimento. É aí que devemos aplicar as soluções para a resolução dos equilíbrios globais, não é no seio da política de ambiente.

– **2ª intervenção** – O quadro que pintou assustou-me um bocado. Eu já ando assustada com esse quadro, e o que pintou ainda me assustou mais.

– **Engº Carlos Pimenta** – Apesar de tudo, sou um optimista. Eu acho que podemos mudar as coisas; temos é que ter a consciência da posição em que estamos.

– **3ª intervenção** – Embora uma pessoa na sua vida se assuste permanentemente com isto, tendemos normalmente a ficar no nosso conformismo e a não tomar atitude alguma. E às vezes a atitude não é propriamente uma mobilização, como fazer manifestações, etc. É ter uma atitude cívica. Estou a falar de reflexões que tenho tido ao longo do tempo e isto preocupa-me bastante e sinto-me mal, por problemas de saúde, sinto-me muito enjoada com os cheiros das cidades. Dito assim de uma forma directa, as cidades cheiram muito mal, os escapes dos automóveis cheiram muito mal. Acho que se divulgassem mais programas de comportamento individual, talvez fosse útil. Acho que isto muda a partir do comportamento individual do cidadão. De manhã,

posso vir de autocarro, e venho de autocarro, mas não tantas vezes como gostaria. Posso não usar ar condicionado dentro do meu carro, é um luxo, mas eu uso ar condicionado dentro do meu carro e acho que devo usar. E por aí fora... nós não queremos abdicar de nada. Talvez as políticas não se definam só de cima para baixo. Comecem também os cidadãos a tomar consciência de baixo para cima e a tomar atitudes individuais. Eu não tenho esperança nenhuma nas iniciativas de cima para baixo.

– **Eng^o Carlos Pimenta** – Estou cem por cento de acordo consigo e quanto à educação ambiental, foi por aí que eu e o João Carlos Caninas, que está aí sentado ao seu lado, começámos há muitos anos. Andámos a percorrer o país e, na altura, eram meia dúzia de pessoas a falar de ambiente, o Arq^o G. Ribeiro Teles e mais dois ou três. Andámos pelas câmaras municipais e pelas escolas a falar de educação ambiental. Já lá vão muitos anos – vinte e tal anos.

A próxima geração de instrumentos de política de ambiente não serão leis mas instrumentos económicos. Porque enquanto esta garrafa custar o que custa actualmente, após consumido o conteúdo, o problema passa para a Câmara Municipal. Se a garrafa for para o caixote do lixo, a seguir o que é que acontece? Vai ser incinerada? Isto é plástico! E se vai ser incinerada, vou ter uma série de problemas com gases altamente problemáticos emitidos pela chaminé da incineradora. Vai para um aterro? Ora, daqui a cinquenta anos ainda lá está. Portanto, o preço desta garrafa devia reflectir o custo da sua eliminação ou reciclagem e esse custo devia ser tanto maior quanto mais complicado fosse tratar este resíduo. Dessa forma, as empresas acabariam por utilizar o seu engenho e arte a fazer plástico a partir, por exemplo, do amido dos cereais, que é totalmente biodegradável, ou a ter circuitos de recolha e reciclagem das suas embalagens. Nos EUA foi isso, por exemplo, que determinou a diminuição astronómica do peso da lata de coca cola nos últimos anos. Porque quando muitas cidades impuseram a reciclagem e separação das embalagens, tronou-se caro transportar sucata e, portanto, as latas tiveram de ficar mais leves. Levavam menos materiais e, portanto, mais economia, mas também menos matéria para voltar para trás. O mesmo se passa com o rótulo. O rótulo desta garrafa devia dar uma noção de como este produto se relaciona com o ambiente, quanto ao método como foi produzido, ao conteúdo e ao destino final da embalagem.

Estou convencido da inevitabilidade da reforma da fiscalidade para a resolução destes problemas. Hoje, o Estado dá incentivos para degradarmos o ambiente. Posso citar um exemplo, a electricidade. Imagine que compra um apartamento com aquecimento eléctrico, com radiadores e ar condicionado. Actualmente existem lâmpadas para iluminação eficientes do ponto de vista energético, mas é por acaso porque em muitos espaços públicos como os auditórios utilizam-se, por exemplo, lâmpadas de alogénio. Ou seja, 80% da energia que estas lâmpadas consomem produz calor e

depois temos nesses mesmos espaços sistemas de ar condicionado para o arrefecer. Assim, quando estou aqui sentado falar recebo calor por cima, vindo do sistema de iluminação, e frio pelos lados e por baixo. Por cada quatro quilos de carvão queimados em Sines, a eficiência quer do aquecimento, quer do arrefecimento, tendo como fonte de energia a electricidade, é equivalente a cerca de um quilo, a 27%, 26%. Os outros três quilos são “deitados à rua”, sob a forma de emissões gasosas, de fumo que altera a composição atmosférica, e ainda em dólares correspondentes ao custo do carvão e que são perdidos na balança comercial.

A intensidade energética do país cresce o dobro do crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB). No ano passado, o consumo da electricidade subiu 6%, enquanto o PNB subiu metade. E não se construíram novas siderurgias nem novas fábricas de alumínio. Ainda acerca do preço da electricidade, houve um debate na Assembleia da República em que se juntaram todos os partidos da oposição contra a posição do Governo que era de não redução, não por concessões ambientais. Mas ninguém discutiu as externalidades do uso da energia, quando estamos, por exemplo, a queimar carvão. Voltemos ao exemplo do apartamento. No passado domingo fui visitar um edifício comercial, em Lisboa, junto ao mar, uma torre de doze andares, construída sem subsídios e que está totalmente vendida. Ora esta torre gasta menos 75% de energia consumida numa torre equivalente de doze andares em iluminação, aquecimento, arrefecimento, e outras funções. Esta torre custou mais 5 a 7% que a torre equivalente. Agora vejam, aqueles compradores vão recuperar o investimento ao fim de 4 ou 5 anos. Mas notem que se fizerem, como eu fiz, um investimento em habitação própria em painéis solares e em isolamento térmico não é possível deduzir isso no IRS. Se queimo electricidade para produzir calor ou frio tenho a taxa mais baixa de IVA. Mas se comprar isolante, aquela espécie de esferovite que se coloca entre os tijolos, pago IVA a 17%. Podia dar inúmeros exemplos de desequilíbrios deste tipo contra o desenvolvimento sustentado.

Portanto, os sinais que são dados ao consumidor são contrários à produção ecológica e a uma atitude de desenvolvimento sustentado. Hoje tive uma reunião com os responsáveis pela definição de alguns aspectos da política de ambiente actual e recomendei-lhes a criação, urgente, de uma equipa de trabalho com a missão de analisar o sistema de taxas e impostos, incluindo as municipais, de identificar quais dessas taxas e impostos conduzem à degradação do ambiente e quais os novos instrumentos que devem ser consideradas no âmbito de uma reforma ecológica da fiscalidade e das taxas.

Mas para além do Estado cada cidadão pode fazer muita coisa em prol de um desenvolvimento sustentado. Vou dar-vos um exemplo. Sou sócio de uma cooperativa de agricultura biológica há já vários anos que utilizo sempre que posso. Em Portugal, ainda não se percebeu a importância da agricultura biológica. A agricultura de uma

“arcada regional” começa a revelar-se quando consideramos a carne Barrosã, a Mirandesa ou a do Nordeste Alentejano que se vende melhor, desde que estalou a crise das “vacas loucas”, embora seja mais cara. Mas fazer agricultura biológica, hoje em dia, em Portugal, é um caminho de combatente. É o caso da produção de vinho. Conheço o caso de um médico do Porto que tem uma quinta de agricultura biológica, com 500 hectares, em São Pedro do Sul.

A agricultura biológica exige muito saber. Não basta lançar as sementes à terra, é preciso controlar as pragas com produtos diferentes. Os produtos necessários à agricultura biológica não estão homologados em Portugal e, nestas condições, o agricultor biológico tem de importar produtos homologados pela Espanha e pela França, fazendo, dessa forma, uma utilização clandestina de produtos que não são autorizados em Portugal, ou então, fica condicionado aos compostos químicos que não pode utilizar como agricultor biológico que é. Esta é uma das limitações da agricultura biológica em Portugal.

Mas existem também situações aberrantes. Se eu, por exemplo, produzir vinho, a lei, através do Instituto do Vinho e da Vinha, não me permite incluir no rótulo o título “vinho biológico”. Apenas me autorizam a colocar no rótulo traseiro da garrafa a menção “vinho feito a partir de uvas biológicas”, o que não é a mesma coisa. De facto, posso ter uvas biológicas e depois utilizar produtos químicos para produzir um vinho que, dessa forma, não é biológico. Os produtores exportam para os Estados Unidos e para o Japão mas em Portugal têm uma enorme dificuldade em entrar no mercado.

Vou dar-vos outro exemplo. A região do maciço central em França é uma região pobre em termos de produtividade por hectare em comparação com a grande planície europeia. 10% da sua produção actual são produtos biológicos porque conseguem uma mais valia de 10 a 15%. Produzem menos mas vendem mais caro e há hoje uma procura crescente.

Nós portugueses ainda não percebemos isso, para não falarmos na situação actual da produção animal, o que nos levaria a uma outra discussão relativa à fixação de critérios e normas de segurança alimentar. São as hormonas na carne, os pesticidas, etc. Aí também temos um problema de “governments” e de democracia global. Esses critérios são fixados por uma organização chamada “codex alimentarius”. Essa organização funciona na dependência da FAO. Funciona à porta fechada. Os seus peritos vêm muitas vezes das companhias. Essa comissão, por exemplo, em relação às hormonas na carne, declarou que é seguro a utilização das seis hormonas que os americanos utilizam na carne. Vejam como tudo isto se liga com os princípios da Soberania e da Defesa dos Bens Públicos. Existe uma norma europeia que proíbe a criação de gado injectado ou alimentado com hormonas, para que cresça e engorde artificialmente. Portanto, na Europa é proibido, embora existam muitos produtores que

não respeitam essa norma, inclusivamente em Portugal. Esta norma teve origem numa reflexão sobre a saúde animal, saúde humana e aspectos sócio-económicos da produção alimentar. Os EUA contestam esta norma, como a contestaram em Genève, na OMC e argumentam que é uma norma não tarifária de discriminação do comércio. E dizem que o seu produto é seguro porque o "codex alimentarius", em Roma, declarou que aquelas hormonas podem ser utilizadas para a produção de bife. O que aconteceu em Genève foi uma inversão do ónus da prova. Os adeptos do uso daquelas hormonas deviam ter que provar que a sua utilização é segura. Na realidade foi exigido que provássemos que a norma era baseada em boa ciência. E perdemos o caso. E estamos agora com um problema gravíssimo, a nível europeu, de termos que consumir carne produzida com hormonas.

A rotulagem também está em discussão, porque os rótulos são considerados uma barreira não tarifária ao comércio. De igual forma não podemos rotular as madeiras provenientes das florestas tropicais, como forma de distinguir uma madeira originada na destruição por corte primário da floresta virgem de uma madeira produzida em plantação renovável. A Áustria teve de revogar um normativo legal deste tipo porque foi considerado uma barreira tarifária. Temos portanto o ónus da prova. Fui relator no Parlamento Europeu deste caso da qualidade da carne e também sobre o uso da somotropina, a BST, uma hormona natural, feminina, que desencadeia a produção do leite. Injectando a somotropina nas vacas estas produzem mais leite. A companhia Monsanto passou a produzir a somotropina através da engenharia genética. O que se verifica é que ao injectar somotropina na vaca, ponho-a a transformar em leite os alimentos, os nutrientes, o que desequilibra, obviamente, o metabolismo deste animal. A somotropina não passa para o leite. A somotropina é o que faz a vaca produzir o leite. Ora vejam como isto é perverso. A Monsanto quis que a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu autorizassem a venda de somotropina na Europa e nós dissemos que não. Fui relator e defendi esta oposição por dois motivos: em primeiro lugar, a vaca fica completamente desequilibrada, transforma-se em leite, sofrendo descalcificações e danos no sistema imunitário. Nestas condições, para aguentar uma vaca debaixo de um regime intensivo de somotropina, torna-se necessário aumentar a dose de antibióticos, de antivirais e de outros medicamentos, para que continue viva e com saúde. Com saúde! Os resíduos dos antibióticos e desses medicamentos, esses sim, passam para o leite.

Agora vejamos mais um passo nesta perversidade. Nos EUA a BST, de produção genética, é autorizada e, portanto, é vendida. E os empresários que a utilizam, produzem, obviamente, mais leite. Têm uma vantagem competitiva porque para produzirem uma determinada quantidade de leite necessitam de menor número de vacas. O que é que aconteceu? Várias federações de pais, por exemplo no Estado do Minesota, opuseram-se ao consumo de leite, nas escolas, produzido com BST. E impuseram a com-

pra de leite a associações de produtores que garantissem a não utilização de BST. A Monsanto levou o caso a tribunal, dizendo que se tratava de uma discriminação contra um produto de venda legal, que não se podia impor esse tipo de escolha, e ganhou!

Neste momento travam-se batalhas que parecem esotéricas, e muito distantes de todos nós, mas que têm a ver com a água que bebemos, com o leite que bebemos, com o clima, com a vida no planeta. É fundamental que as pessoas presentes, que são cidadãos mais motivados do que a média dos portugueses, que têm uma organização como a Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, façam um esforço no sentido de se manterem informados – porque nunca circulou tanta informação como nos tempos actuais – para perguntarem aos candidatos, por exemplo nas próximas eleições autárquicas se defendem adopção de uma agenda 21 para a cidade do Porto. Refiro-me a um programa que agarre no sistema de transportes, no sistema de circulação dos materiais, que promova a educação ambiental, que garanta um espaço nos mercados municipais para os agricultores biológicos, que garanta a utilização de papel reciclado nos serviços camarários e uma auditoria energética aos edifícios autárquicos, só para dar alguns exemplos.

Cheguei há pouco tempo da Amazónia e conheci exemplos sérios de implementação de Agendas Locais 21 como numa cidade modesta que tive oportunidade de visitar. De facto, há experiências deste tipo tanto em cidades da Suécia, da Alemanha – caso de Heidelberg – como em regiões pobres do Brasil. A Sonae para abrir uma cadeia de supermercados no Estado do Paraná foi obrigada, pelo Governo Estadual, a fazer um programa de reinserção social de habitantes de favelas e a reciclagem de resíduos. É um Estado muito conhecido a partir de Curitiba, onde surgiu uma experiência de sucesso em termos de desenvolvimento sustentado e de implementação da Agenda 21.

– **4ª intervenção** – Afirma-se um optimista. Onde radica o seu optimismo? Nessa consciência, na intervenção como cidadão, ou há outros quadros teóricos?

– **Engº Carlos Pimenta** – A circulação da informação é indispensável à cidadania. Faz hoje exactamente 15 dias, eu estava a falar numa conferência, tal como esta, sobre questões tropicais, num edifício extremamente modesto, na cidade de Macapá, no estado do Amapá – o estado mais setentrional do Brasil, com a foz do Amazonas em frente, debaixo de um calor tropical enorme. Nesse pequeno Estado, o menor do Brasil mas maior que Portugal, pobre e com pouca gente, já que tem apenas 400000 habitantes, existe um plano de desenvolvimento sustentado numa situação económica que faz impressão. E vemos cidades, como Laranjal do Jari, em que as pessoas vivem em casas sobre estacas de madeira, com os esgotos a drenarem para a lama que está por baixo das casas, e em que a rua é uma passarela sobre estacas. Podem imaginar o cheiro, as infecções, o a esperança de vida de 46 anos... E, apesar disso, é possível encontrar gente, com doutoramentos nas melhores universidades, que ali está a traba-

lhar, afinadamente, com competência técnica para discutir opções de energia e opções de valorização económica.

Ora, no meio daquela selva, ao lado de uma fábrica de papel que veio do Japão e que provocou a destruição de milhares de hectares de floresta para plantação de eucalipto, existe um milhão de hectares de floresta que ia ser destruída com o mesmo objectivo. Residia ali uma comunidade de extractivistas que vivem da apanha da castanha grande que nós chamamos castanha do Pará. E estavam a trocar um quilo de castanha por um quilo de açúcar. Com um pequeno engenho de transformação da castanha foi possível fazer farinha, para alimentação, e um óleo que é vendido a preço elevado em Londres e Nova Iorque. Desta forma foi possível aumentar setenta vezes os preços que eles praticavam anteriormente e viabilizou-se economicamente toda a comunidade. Arranjou-se um letreirinho internacional e fundaram, entre eles, uma empresa por quotas.

Estas soluções são possíveis graças à circulação de informação. As pessoas têm acesso à *internet* e dessa forma comunicam, têm acesso a dados, trocam informações, divulgam campanhas, mobilizam esforços. Existe, hoje, uma “pele” de circulação de informação à volta da Terra, uma pele que valoriza a intervenção do cidadão e é um poderoso factor de optimismo. Foi isso que aconteceu com o caso de Foz Côa e com o drama de Timor. A diferença entre o que aconteceu este ano e há vinte e cinco anos atrás foi a capacidade de passar a mensagem, de a colocar nos ecrãs de televisão. Há vinte e cinco anos, em Timor, morreu muito mais gente do que este ano e então o mundo assistiu impávido e sereno. Por isso eu sou optimista. Mas é uma luta muito difícil. E há perdas irreversíveis como a perda de biodiversidade.

– **5ª intervenção** – Gostava de conhecer a sua opinião acerca do seguinte: vê uma mudança de atitude positiva no ambiente em Portugal no facto de finalmente termos o Ordenamento do Território dentro do Ministério do Ambiente?

– **Engº Carlos Pimenta** – A resposta é sim, de caras. Não há política de ambiente sem política de ordenamento. Em 1983 tive a sorte de ser Secretário de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território no Ministério da Qualidade de Vida. Só que eram estruturas que tinham acabado de ser criadas. A Direcção-Geral do Ordenamento estava reduzida ao Director-Geral e a três funcionários e a Direcção-Geral do Ambiente tinha o Director-Geral, o Sub-Director Geral, um Director de Serviços e uma Secretária. Era este o ponto de partida de um quadro que estava conceptualmente correcto e que fora pensado pelo arquitecto G. Ribeiro Teles quando foi Ministro da Qualidade de Vida.

– **6ª intervenção** – Tenho uma questão para lhe colocar. Como é que se compreende que no âmbito do ordenamento do território, num Ministério do Ambiente, se transfira aquilo que estava previsto construir em Foz Côa para o Vale do Sabor, quando temos igualmente património, só que um património de um âmbito diferente.

– Eng^o Carlos Pimenta – É uma questão específica. Eu até conheço bem o estudo de impacto ambiental da barragem do rio Sabor, já o li de ponta a ponta mas isso dava também para uma outra sessão. Estou convencido que no sector energético vai haver uma revolução igual à dos telemóveis e da *internet*. E estou convencido que em 10 anos a actual tecnologia de combustão vai desaparecer e que a revolução energética que se aproxima se vai caracterizar pela passagem dos combustíveis baseados no “C” de carbono para o “H” do hidrogénio. E como é que o “H” é feito? Vai surgir grandes ganhadores e grandes perdedores e uma nova ordem económica mundial. O “H” vai ser feito a partir de quê, de metanol, de gás natural? Alguns países, entre os quais a Rússia, vão poder ganhar com esta revolução porque têm enormes reservas de gás natural. O álcool é feito a partir do etanol; o hidrogénio é retirado a partir do etanol, a partir da biomassa; o hidrogénio é do centralmente, pelo menos para as aplicações em edifícios.

E a segunda parte da revolução energética julgo que se vai caracterizar pela produção local, de pequena escala, endógena, seja através do vento, do fotovoltaico, da geração de electricidade em casa de cada habitante, a partir do gás, com micro geradores. Esta civilização baseada na combustão, vai dar origem a uma civilização baseada na pilha de combustível, baseada na diversificação e pulverização das capacidades de produzir e utilizar energia. Nisto sou mais uma vez optimista. E o grande motor disto é o Ambiente. Há combustíveis fósseis entre petróleo, gás natural e carvão para os próximos séculos. Não há falta de combustíveis fósseis. Pode não haver petróleo mas há gás natural e há carvão para muitas centenas de anos. E desde que tenha um só combustível fóssil, transformo-o noutra. Transformo o carvão em gás, transformo o gás em petróleo. Mudo os processos químicos.

Neste momento, o problema que se vai colocar no Vale do Sabor, ou noutra local, é um conflito de curto médio-prazo, para os próximos 10, 15 anos, com a EDP a dizer que não cumpre as obrigações do Protocolo de Quioto. Portugal comprometeu-se a aumentar 40% as suas emissões de CO₂ em relação às emissões que tinha em 1990. Mas um estudo da Universidade Nova de Lisboa, da responsabilidade da professora Júlia Seixas, prevê que as emissões aumentem 62 a 65% e eu penso que vão ser superiores. Ou seja, vamos ter uma quota superior aos valores acordados em Quioto. Mas se o Protocolo de Quioto for cumprido a quota nacional tem que ser desagregada entre os vários subsectores. E à EDP vai caber uma quota, que é a quota correspondente ao sistema electroprodutor da EDP. E são tantas toneladas. E imagine que é o Director de Produção da EDP e que tem até 2002 – altura em que o PS diz que isto vai ser a sério – e olha para o mapa da produção e pensa: X mil toneladas de CO₂ e vou produzir X+Y para o ano que vem. Muito bem! Qual é a solução?

Hipótese 1: fecho a Central de Sines e já não produzo o Y. Como produzo menos megawatts vou comprar à Sonae que me vende através da Endesa e transfiro o proble-

ma do CO₂ para Espanha. Os espanhóis que resolvam esse problema. É uma opção. Vendi electricidade e não produzi emissões de CO₂. Transferi o problema para quem me vendeu a electricidade. É uma opção cara porque ficou com umas centenas ou uns milhares de trabalhadores inactivos – a quem tem igualmente que pagar – ficou com um sistema electroprodutor parado, que custou dinheiro e, provavelmente, ainda está a pagar juros desse investimento.

Hipótese 2: Substituo a Central de Sines. Em várias opções, é essa a solução. Pego num fábrica velha – a do Carregado, por exemplo, ou a de Setúbal – e substituo-a. Mas, em Sines, os últimos grupos têm meia dúzia de anos. Estava previsto durarem 25 anos. O investimento ali efectuado está previsto ser amortizado com a produção e venda de electricidade nesse período. Fechar essa fábrica e construir uma unidade a gás natural, mais eficiente, com metade das emissões, não é seguro à luz das actuais leis da liberalização dos mercados, porque essa fábrica pode “ir parar às mãos” de um francês ou de um inglês. Em segundo lugar, era suposto que o investimento durasse 25 anos e ao fechar a fábrica não recupero o investimento efectuado que terei de pagar de outra forma.

Hipótese 3: vou ao mercado internacional e compro o direito a poluir. E quem é que tem o direito a poluir? É quem fez o investimento, que poupou CO₂, por exemplo, com a construção de um parque eólico. E vai haver uma entidade que lhe diz: como você produziu tantos quilowatts de energia com zero emissões de CO₂ tem um certificado equivalente a essas emissões que pode vender na Bolsa de Lisboa ou na Bolsa de Paris. A simulação, em modelos matemáticos, desse mercado de emissões, na zona OCDE – à escala mundial temos de novo um problema de justiça entre países ricos e países pobres –, indica um preço não inferior a 150 dólares por tonelada. E esse valor é multiplicado por muitos milhares, muitos milhões de toneladas. Nestas condições e de acordo com a terceira hipótese, o director financeiro da EDP terá de colocar na previsão de custos do ano seguinte a compra do direito de emissão de CO₂ para a atmosfera no valor de X milhões de contos. Os cálculos efectuados pela Prof^a Júlia Seixas, aquando do Congresso do Ambiente, e que foram divulgados nos órgãos de comunicação social por Francisco Ferreira, da Quercus, indicavam que Portugal teria de pagar, globalmente, cerca de duzentos milhões de contos por ano, devido ao tal excesso de emissão de gases com efeito de estufa em relação ao permitido. É evidente que o principal responsável por este excesso são os Sistemas de Transportes e não a EDP. Mas seremos todos responsabilizados. Portanto, a EDP em relação ao Sabor, o que lhe vai dizer é o seguinte: se construirmos a barragem do Sabor produzimos X quilowatts que poupam X toneladas de CO₂ e rentabilizamos toda a cascata do Douro, ou seja, pomos as barragens situadas a jusante a produzir melhor, acrescentando mais valor. Portanto, o balanço líquido em termos de CO₂ é tanto o que vai valer tantos milhões de dólares. Por isso, decidam o que querem fazer enquanto país com obriga-

ções ambientais perante o Protocolo de Quioto.

Este quadro de referência repete-se em todas as opções energéticas que possamos fazer. Quando discutimos as questões energéticas é forçoso fazer uma análise séria do que está em jogo, um balanço ambiental. Sabor ou Cela, no Minho, ou Foz Côa ou Alqueva. Grandes barragens são grandes problemas, não tenhamos dúvidas. O Banco Mundial organizou de parceria com o WWF uma conferência de grande qualidade sobre os problemas ambientais das grandes barragens. No caso de Foz Côa não tive dúvidas. O melhor era não construir.

A melhor política da energia baseia-se na conservação da energia, na sua gestão racional. Há imenso para fazer em termos de gestão da procura. Não há política de gestão da procura da energia, como não há em relação à água. O gestor de um hotel de cinco estrelas, em Lisboa, a melhor decisão que tomou, no ano passado, em termos de gestão da água foi colocar um tijolo dentro de cada autoclismo. Poupança de centenas de contos em água, porque de cada vez que se carrega no botão, sai menos água e limpa de igual forma. Aplicou uma medida de política de gestão da procura: diminuiu a procura.

Quanto ao projecto do Sabor, tenho dúvidas. Há valores únicos a proteger, espécies únicas, biótopos únicos, ecossistemas únicos, valores arqueológicos e culturais únicos. Perante isto, o ambiente global não pode justificar o sacrifício de valores únicos. Foi este princípio simples que conduziu ao cancelamento do projecto de Foz Côa apesar de terem sido gastos 30 milhões de contos e de se ter perdido uma valia na produção de quilowatts verdes. Essa análise tem que ser feita no caso do Sabor, com uma discussão pública séria sobre o projecto e o respectivo estudo de impacte ambiental e uma avaliação justa dos valores que estão em jogo.

Para os projectos energéticos não tenho outra resposta que não seja a gestão racional da energia.

– **7ª intervenção** – Gostaria de lhe fazer duas ou três perguntas. Falou na Biodiversidade e como está ligado a problemas europeus, penso no Programa Life, na Rede Natura 2000, pergunto, até que ponto é que a Europa está disposta a investir na conservação dos sítios que já foram escolhidos em vários países. Vai haver dinheiro para a gestão desses sítios?

A outra questão refere-se a uma perspectiva mais global. Qual é o seu optimismo acerca da capacidade de implementar medidas coercivas de protecção do ambiente a nível global. Há esses tais Lobbies Económicos que sempre abafam tudo.

– **Engº Carlos Pimenta** – Julgo que respondi à sua segunda questão na primeira parte desta conferência. Não vai ser tão cedo.

Em relação à primeira questão, o Programa Life é um programa muito importante. Foi, aliás, fundado pelo Parlamento Europeu, que durante anos combateu o Conselho de Ministros que se opunha à sua aplicação. É um programa que tem poucas

verbas. Tem cerca de 100 milhões de Euros, ou seja, 20 milhões de contos por ano, dos quais 10 milhões são destinados ao ambiente urbano industrial e os outros 10 milhões ao ambiente natural e à conservação da natureza. É um programa que tem a grande vantagem de também financiar iniciativas da sociedade civil e não apenas dos organismos do Estado. Temos exemplos disso em Portugal. A Liga para a Protecção da Natureza ganhou um prémio atribuído pelo Expresso, para fazer um centro de educação ambiental e da gestão de recursos hídricos, numa quinta em Castro Verde, comprada com o apoio do Programa Life. O objectivo era demonstrar que é possível utilizar a água de uma forma diferente, no Alentejo, gerir bem o solo e estabelecer uma ponte com o desenvolvimento económico, com o turismo e com a educação ambiental. E o Programa Life financiou a compra dessa Quinta onde vai ser possível desenvolver o tal centro de educação ambiental. Mas este programa tem pouco dinheiro quando comparado com os valores disponíveis, por exemplo, na Política Agrícola Comum.

Mas não é admissível que com a Rede Natura 2000 e com o Programa Life se protejam umas pérolas, em zonas de excepção, enquanto, ao lado, a política agrícola comum, a política de transportes e outras políticas destroam o resto. Quanto à política de ordenamento do território, trata-se de pensar o espaço na sua totalidade, a começar pelo espaço urbano e as condições de vida dos cidadãos, o ciclo dos materiais, o ciclo da energia e, no fundo, a agradabilidade da vida, a harmonia da vida de todos nós. A política do ambiente não pode ser uma política de gente sitiada num castelo. Para mim, a Política de Ambiente é para o país inteiro.